

Rafael da Silva Dutra
Rosangela Dias Esteves Mattos

Diversidade Sexual e de Gênero: desafios e atuação da psicologia no âmbito das políticas
públicas

Duque de Caxias
2020

Rafael Da Silva Dutra
Rosangela Dias Esteves Mattos

Diversidade Sexual e de Gênero: desafios e atuação da psicologia no âmbito das
políticas públicas

Artigo apresentado ao Curso de Psicologia, da
Universidade do Grande Rio Prof. José de
Souza Herdy, como requisito parcial para
obtenção do título de Formação em Psicologia.

Orientador(a): Flávio Lopes Guilhaon

Duque de Caxias
2020

Rafael Da Silva Dutra
Rosangela Dias Esteves Mattos

Diversidade Sexual e de Gênero: desafios e atuação da psicologia no âmbito das
políticas públicas

Artigo apresentado ao Curso de Psicologia, da
Universidade do Grande Rio Prof. José de
Souza Herdy, como requisito parcial para
obtenção do título de Formação em Psicologia
Aprovada em:

Banca Examinadora

Pós-Dra. Patrícia Castro de Oliveira e Silva
Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy UNIGRANRIO

Ana Camilla de Oliveira Baldanzi
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ms. Flávio Lopes Guilhaon (Orientador)
Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy UNIGRANRIO

Duque de Caxias

2020

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aqui a todos os amigos e familiares por trás deste trabalho, que indiretamente e diretamente nos apoiaram com paciência e respeito no caminho do conhecimento. Agradecimentos aos professores Patrícia Castro e Flávio Guilhaon que nos inspiraram na execução de uma ética exemplar.

E especialmente aos amigos que suportaram e dividiram os momentos de criação e desconstrução presentes no processo de produção deste trabalho. Obrigado Camila Athayde, Thuane Rosa e Hiôrran Dalcin.

Agradecimento também á Ana Camilla de Oliveira Baldanzi pela leitura deste trabalho durante a apresentação para a banca examinadora.

Que possamos sempre agradecer por ser um pouco melhores hoje do que fomos ontem.

*“Vivo de cara pra o vento na chuva e quero me molhar
O terço de Fátima e o cordão de Gandhi cruzam o meu peito
Sou como a haste fina que qualquer brisa verga
Mas nenhuma espada corta.”*
(Trecho da música “Não mexe comigo” uma
composição de Maria Bethânia)

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma navegação pelo campo da diversidade sexual e de gênero, a partir do resgate de importantes grupos na história e de recortes importantes na construção do movimento LGBTQIA+ e das políticas públicas direcionadas a essa parcela da população brasileira. População esta, que mesmo atravessada por diferentes violências e tendo suas vidas marginalizadas e excluídas, resistem através da luta e da organização política na tentativa de romper contra as estruturas e os padrões normativos que tendem a massacrar suas subjetividades ditas desviantes. Esse resgate está centrado no intuito de viabilizar reflexões sobre a atuação de profissionais da psicologia, a partir de suas diretrizes éticas e das políticas públicas, com ênfase nas práticas realizadas nos Centros de Cidadania LGBT do Programa Rio Sem Homofobia. De acordo com a literatura pesquisada, acessamos os relatos desses/as profissionais que sinalizam o processo de (re)construção de um campo de intervenção orgânico, vivo e rizomático, para dar conta das demandas e especificidades da população LGBTQIA+. Este trabalho sinaliza a importância da ampliação das políticas públicas e a criação de dispositivos específicos que assegurem e promovam a cidadania através de uma prática centrada nas dimensões ética e transdisciplinar, em prol da garantia de seus Direitos Humanos e da afirmação das subjetividades LGBTQIA+.

Palavras-chave: Psicologia. Rio Sem Homofobia. Políticas Públicas. Diversidade sexual e de gênero.

ABSTRACT

The present work refers to a navigation through the field of sexual and gender diversity, based on the rescue of important groups in history and important cuts in the construction of the LGBTQIA + movement and public policies directed at this part of the Brazilian population. This population, which even though crossed by different types of violence and whose lives are marginalized and excluded, resist through struggle and political organization in an attempt to break against normative structures and standards that tend to slaughter their so-called deviant subjectivities. This rescue is centered in order to enable reflections on the work of psychology professionals, based on their ethical guidelines and public policies, with an emphasis on the practices carried out in the LGBT Citizenship Centers of the Rio Sem Homofobia Program. According to the researched literature, we access the reports of these professionals who signal the process of (re) building an organic, living and rhizomatic intervention field, to account for the demands and specificities of the LGBTQIA + population. This work signals the importance of expanding public policies and the creation of specific devices that ensure and promote citizenship through a practice centered on the ethical and transdisciplinary dimensions, in favor of guaranteeing their Human Rights and affirming LGBTQIA + subjectivities.

Keywords: Psychology, Rio Sem Homofobia, Public Policy, Diversity of Gender and Sexuality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MÉTODO	12
3	DISCUSSÃO E RESULTADOS	16
3.1	DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL AO LGBTQIA+: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL.....	19
3.3	PSICOLOGIA E DIVERSIDADES: UM CAMINHO ÉTICO.....	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A cada 20 horas no Brasil uma pessoa LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersex, agêneros, assexuados e mais) é morta por conta de sua existência. Casos como o de Ittaberlly Lozano¹ em São Paulo, de 17 anos, esfaqueado e morto pela própria mãe e depois carbonizado em um canavial e o caso de Dandara², uma travesti apedrejada e morta a tiros no Ceará. Casos que dizem não especificamente sobre o assassinato de corpos, mas nos fazem refletir sobre a brutalidade e a tentativa de exterminar vivências e subjetividades, daquelas pessoas que vivenciam suas sexualidades e gêneros de outras formas que não as hegemônicas. Nesse contexto, talvez possamos sinalizar a existência de vidas que existem e desafiam o sistema da cis-heteronormatividade, e que ao expressarem seus desejos, afetos, carinhos e ocupam espaços através de corpos não-heterossexuais, colocam em evidência os limites desse sistema, cujos corpos que ousam atravessá-los são alvo de crimes tão bárbaros quanto estes.

Os dados publicados pela ONG Grupo Gay da Bahia, sobre violência LGBTfóbica no relatório “População LGBT morta no Brasil” (2018), apontam 420 mortes de pessoas LGBT, sendo: 45,5%(191) homens gays, 39%(164) Transexuais, 12,4%(52) mulheres lésbicas, 1,2%(5) heterossexuais e 1,9% (8) bissexuais (MICHELS et al. 2018, p.04). O relatório de 2018 também evidencia o assassinato de pessoas heterossexuais que tentaram defender gays, lésbicas, transsexuais, bissexuais em situação de violência, embora heterossexuais não estejam inclusos e entendidos como população LGBTQIA+, logo, LGBTfobia também mata pessoas heterossexuais.

¹ G1, Ribeirão Preto e Franca 26 de nov. de 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/11/26/mae-acusada-de-matar-e-queimar-filho-adolescente-em-cravinhos-sp-vai-a-juri-popular.ghtml> >. (Último Acesso em: 20/10/2020).

² G1, Ceará 07 de mar. de 2017. Disponível em < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html> >. (Último acesso em: 20/10/2020).

As idades correspondentes às vítimas neste período, ainda de acordo com o relatório, é de: 3,8% menores de 18 anos, 29,4% de 18 a 25 anos, 15,7% de 26 a 30 anos, 24,9% de 31 a 40 anos, 10,6% de 41 a 50, 8,5% de 51 a 60 anos e 3,8% de pessoas LGBTQIA+ com mais de 60 anos. Através da exposição e análise destes dados fica claro a vulnerabilidade de pessoas pertencentes a população LGBTQIA+ em todo e qualquer período da vida, especialmente as que estão no início da fase adulta e na idade adulta (MICHELS et al. 2018, p.05).

Esses dados mostram a realidade das pessoas LGBTQIA+ e sinalizam a necessidade da construção de políticas públicas específicas para essa população. Nesse contexto, evidencia-se a importância dos movimentos sociais tanto na conquista por espaço, na luta pelo seu direito de existir e a busca por mudanças sociais e políticas, quanto no questionamento acerca de como os corpos LGBTQI+ tem sobrevivido, apesar das constantes violências e diferentes formas de tentativas de extermínio, conforme sinaliza o Conselho Federal de Psicologia, na publicação Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs (2019).

O Conselho Federal de Psicologia (2009), entende que o papel da Psicologia como ciência e profissão, não pode estar afastado de um compromisso ético e político, que denuncie as negligências sociais e contribua para o enfrentamento de qualquer prática de silenciamento, destruição e aniquilamento de subjetividades.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho refere-se à discussão da atuação da psicologia no âmbito das políticas públicas referentes às diversidades sexuais e de gênero, especificamente através da contextualização da história do movimento LGBTQIA+ e suas transformações, passando pelo resgate da construção do Programa Rio sem Homofobia no Estado do Rio de Janeiro e pela discussão sobre a atuação da psicologia em seus dispositivos, os Centros de Cidadania LGBT.

Para tanto, este trabalho foi seguindo pistas que traçam uma linha histórica a respeito das transformações no movimento LGBTQIA+, evidenciando alguns de seus personagens e a

reverberação de suas lutas no âmbito dos direitos civis, dos debates de saúde e da construção de políticas públicas específicas voltadas à população LGBTQIA+, para analisar os desafios que se mostram às/aos profissionais de psicologia em sua atuação nos Centros de Cidadania LGBT.

2. MÉTODO

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória através de revisão bibliográfica, a partir de pesquisas nas bases de dados virtuais: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Periódicos Capes, com a leitura dos resumos e das conclusões dos artigos encontrados; associada à leitura dos relatórios publicados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Governo Federal, da 1ª Conferência Nacional GLBT (2008) e da 2ª Conferência Nacional LGBT (2011); e à leitura das resoluções específicas e produções realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

A pesquisa contemplou a produção presente nas plataformas virtuais nos últimos dez anos, no período de 2010 a 2020, na qual foram encontrados no total 109 artigos a partir dos descritores apresentados, desprezando os materiais que apareciam repetidos, foram analisados 11 artigos (Tabela 1.0). As combinações das palavras de busca utilizadas foram: “Políticas públicas e movimento LGBT” (27 artigos); “Psicologia e Rio sem Homofobia” (3 artigos); “Psicologia e Diversidade de gênero e sexualidade” (62 artigos) e “Cidadania LGBT” (17 artigos).

Os descritores “Psicologia e Diversidade de gênero”, utilizados inicialmente, foram retirados, considerando a quantidade de artigos que apareciam como resultado da pesquisa nas bases virtuais, levando em conta o período de tempo disponível dos envolvidos para a construção deste trabalho, além do cenário de Pandemia que atravessou fortemente a forma dos

encontros no período de construção, sendo assim considerados apenas os descritores “Políticas públicas e movimento LGBT”; “Psicologia e Rio sem Homofobia” e “Cidadania LGBT”.

Os artigos selecionados para esta produção seguiram as seguintes temáticas: a) História do movimento LGBT no Brasil; b) Construção de políticas públicas para diversidades de gênero e sexualidade; c) Atuação do psicólogo no campo de diversidades de gênero e sexualidade.

Seguido pela leitura de livros, portarias, resoluções, relatórios e demais publicações acerca dos temas pesquisados.

Tabela 1.0

TÍTULO	OBJETIVO	AUTOR(ES)/ANO	PALAVRAS-CHAVES
Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil	Objetivou-se evidenciar a atuação das políticas públicas direcionadas à saúde da população homossexual brasileira. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura.	ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al, 2013.	Políticas Públicas; Assistência integral à saúde; Homossexualidade
Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment	A construção de uma análise conjuntural sobre as políticas sexuais no Brasil, com destaque para as políticas de cidadania LGBT no âmbito do Governo Federal.	ARAGUSUKU, Henrique Araújo et al, 2020.	Políticas Sexuais; Gênero; Cidadania LGBT; Governo Federal.
O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica	Analisar como o discurso da ideologia de gênero se materializou nos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara, abrangendo o período de 2003 (primeira aparição do termo) a 2017. Para o processo de análise, nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso, a partir dos linguistas Norman Fairclough e Teun van Dijk, e nas reflexões oriundas da Psicologia Política.	ARAGUSUKU, Henrique Araújo, 2018.	Análise do discurso; Conservadorismo; Gênero; Psicologia política; Sexualidade.

Centro de Cidadania LGBT: Memórias e Experiências no Campo das Práticas Psi em Prol da Defesa dos Direitos Humanos.	Constitui-se num relato de experiências de profissionais da Psicologia vivenciadas nos Centros de Cidadania LGBT do Programa Rio sem Homofobia, no período em que este programa e seus Centros de Cidadania estiveram plenamente ativos e presentes em diferentes pontos do estado do Rio de Janeiro. Reiterar a importância de construir o campo das práticas psi atravessado por um trabalho em rede pautado por questões relacionadas aos Direitos Humanos, movimento social e políticas públicas.	GUILHON, Flávio et al, 2019.	Psicologia; Políticas Públicas; Direitos Humanos; Diversidade Sexual e de Gênero.
Pesquisa e políticas públicas LGBT: História de uma parceria.	Apresentar os atores ligados a construção do programa Rio Sem Homofobia, contando a história de sua criação através da parceria SuperDir e Uerj.	LEITE, Vanessa, 2017.	Políticas Públicas; Diversidade sexual e de gênero; LGBT.
Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Sociedade e Estado.	Refletir sobre a efetividade dos planos, programas e conferências produzidos e realizados pelo governo federal no processo de construção de políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Faz uma análise crítica dessas propostas, a partir de um conjunto de entrevistas realizadas com gestoras/es, nas instâncias federal, estadual e municipal, e representantes da sociedade civil.	MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela, 2012.	Políticas Públicas; LGBT; Cidadania; Direitos Sexuais; Brasil.
Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades.	Este artigo problematiza o tratamento dos direitos sexuais no Brasil, por meio da análise crítica do processo de formulação e implementação de políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT. Apesar dos avanços nas iniciativas governamentais, especialmente no âmbito do Poder Executivo Federal, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada. Essa talvez seja uma boa fórmula geral para mostrar o paradoxo da situação dos direitos da população LGBT no Brasil hoje.	MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela, 2012.	LGBT; Políticas Públicas; Cidadania; Direitos Humanos; Homofobia.

Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro.	O principal alvo é a reflexão crítica sobre questões de gênero, estigmatizada como “ideologia de gênero”; pelas propostas, qualquer questionamento aos papéis convencionais atribuídos a mulheres e homens estaria vetado. O artigo discute os projetos, suas justificativas e os debates acerca deles, analisando suas implicações para a educação e para a democracia.	MIGUEL, Luis Felipe, 2016.	Educação; Gênero; Democracia.
Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil.	Busca contribuir para o debate acerca do desenvolvimento das políticas públicas voltadas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nos últimos anos no Brasil. Para tanto, é dividido em duas seções que visam: recompor um breve histórico do Movimento LGBT brasileiro, passando pelas três “ondas” do Movimento Homossexual Brasileiro, e discutir uma suposta quarta “onda” vivida pela militância atualmente (ou pelo menos fazer um esforço de caracterização dos principais processos pelos quais passam o ativismo LGBT na contemporaneidade); e realizar um levantamento das produções acadêmicas mais recentes que têm debatido e problematizado os limites e possibilidades das políticas públicas LGBT no Brasil.	PEREIRA, Cleiton Feitosa, 2016.	Direitos Humanos; Movimento LGBT; Políticas Públicas.
Experiência no Centro de Referência e Cidadania LGBT.	Este trabalho tem como proposta a análise de linhas da experiência no Centro de Referência e Promoção a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (CR LGBT). Considerando a trajetória do movimento LGBT, aponto para o trabalho micropolítico fundamental para compor com as conquistas em políticas públicas, onde a escola tem um importante papel na promoção da cidadania.	SALLES, Carolina Motta Cardoso, 2012.	diversidade sexual; identidade de gênero; Centro de Referência, cidadania; homofobia.

Participação, políticas públicas e o movimento LGBT brasileiro entre 2003 e 2014.	O artigo analisa a relação entre o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) com os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff a partir das políticas participativas por eles implementadas. Partindo de estudos qualitativos, a participação política do movimento LGBT como grupo subalterno gerou laços de dependência no que tange a recursos materiais e simbólicos, fazendo-o conformar-se no Estado e não diante deste. Isso repercutiu em sua autonomia e organização gerando a adesão e o consenso ativo do grupo subalterno junto ao bloco no poder. Ao comprometer a constituição do movimento enquanto sujeito político autônomo, a relação aponta para a hegemonia exercida pelo governo sobre a população LGBT.	SANTOS ALVES, Douglas, 2017.	Movimento LGBT; Hegemonia; participação Política; Conferências Nacionais.
--	---	------------------------------	---

3.DISSCUSSÃO

3.1 Do movimento homossexual ao LGBTQIA+: uma contextualização

O movimento homossexual brasileiro emerge no país no final dos anos 1970, no período do regime militar, num contexto marcado pela ascensão de diversos movimentos sociais que lutavam por aspectos da democracia, como cidadania e direitos civis. O movimento homossexual foi impulsionado pelo Grupo Somos, criado em 1978 na cidade de São Paulo, bem como o início do jornal Lâmpião da Esquina, criado no mesmo ano, que se voltava para as questões relacionadas aos assuntos sociais e políticos da homossexualidade. Esses movimentos, “...buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem vergonhice, pecado, doença e degeneração...” (FACCHINI, 2009, p. 13). A semana de debates promovida na USP, no período de 1979, na qual se discutiu sobre o movimento de emancipação de grupos discriminados gera visibilidade, colaborou com o surgimento de novos grupos como o Eros e Libertos, agora com a inclusão de mulheres lésbicas, inclusive no grupo Somos.

A organização do Movimento Homossexual Brasileiro (que se transformou no que conhecemos hoje como LGBTQIA+) é construída em paralelo à luta contra o regime militar, não raro haver discursos de personagens presentes nesse cenário sobre a existência de uma “luta principal” para se referir a luta contra o regime e contra o capitalismo (PEREIRA, 2016), tais discursos geraram algumas tensões entre os militantes da época, produzindo certa polarização entre os grupos, promovendo certas tensões, rompimentos e o consequente surgimento de outros coletivos. De acordo com Facchini (2005), o Grupo Somos escolheu “defender uma estratégia de transformação social que passava por uma aliança com outras minorias, movimento de trabalhadores e grupos de esquerda” (p.95).

O Grupo Somos perdeu membros e de suas cisões nasceram outros grupos importantes, como por exemplo, os grupos de Lésbicas e o Grupo Gay da Bahia (PEREIRA, 2016, p. 121), primeiro grupo a se formalizar como uma Organização Não-Governamental (ONG). Essas rupturas levaram o Grupo Somos a um quadro de dificuldades financeiras e falta de novos militantes na mesma proporção dos que saíam devido às rupturas internas, fazendo assim o grupo encerrar suas atividades em 1983, esse período é entendido por Fachini (2005) como a primeira onda do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

Assim como o Grupo Somos, outros grupos também foram se desfazendo, como o Jornal o Lâmpião da Esquina, que encerrou suas atividades em 1981, esses dismantelamentos de grupos podem ser explicados através da influência pelo contexto político do fim do regime militar e o período de redemocratização que inverteu as perspectivas e as relações de poder (FACCHINI, 2005, p.104).

A segunda onda do MHB se inicia nos anos da década de 80, marcadamente no período de pós-redemocratização e do surgimento da epidemia da AIDS, que reduziria o número de grupos, alguns ativistas se voltariam para lutar apenas contra a epidemia, promovendo uma onda de buscas e respostas de governamentais sobre o combate à doença. A AIDS conhecida

como “*câncer gay*”, não apenas freou os avanços revolucionário da liberação sexual até então construídos durante os anos de ditadura, como também estigmatizou e marginalizou a população LGBTQIA+, desencadeando uma série de novas violências físicas, psicológicas e subjetivas (PEREIRA, 2016, p.122).

A partir dos anos 90, é notório o aumento no número de grupos de diversos formatos (partidários, religiosos, universitários e etc.) voltados para as questões LGBTQIA+ no Brasil, é possível observar uma popularização acerca dos debates em diversos âmbitos e uma predileção dos grupos e movimentos em se organizarem como ONGs. Para Pereira (2016, p.122) “o projeto neoliberal dos anos 90, fomentou a organização do Movimento em formato de ONG e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo de caráter preventivo do HIV/AIDS”, caracterizando assim o início de uma nova “onda” do movimento, conhecido como a terceira onda do movimento LGBTQIA+ no Brasil (FACCHINI, 2005).

A terceira onda é atravessada fortemente pelo contexto da epidemia de HIV/AIDS, que tem grande atenção das políticas públicas e se torna um assunto de debate privilegiado nos eventos ao decorrer da década de 90 e se transformará no governo petista (FACCHINI, 2005). Ainda segundo Pereira (2016, p.122), em políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativa que trará mais força para as outras identidades (bissexual, lésbica, travesti e transexual) e suas agendas. Também nesse período que se formam as maiores organizações nacionais de base, como: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT e outras que foram super importantes na época, e se mantém atuantes até os dias atuais. .

A visibilidade da ocupação desses espaços de discussão política e ainda o aparecimento na mídia através das paradas de Orgulho LGBT que aconteciam nesse período abriram

caminhos para que a partir dos anos 2000 houvesse uma maior aproximação e atuação do movimento LGBT em articular-se junto ao Poder Executivo Federal para a gestão de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde (PEREIRA, 2016).

Um cenário foi se estabelecendo desde financiamentos de agências internacionais para ONGs Brasileiras que atuavam com direitos humanos, como um cenário político a partir da vitória eleitoral nacional do Partido dos Trabalhadores que incluiu as pautas e agendas do movimento LGBT no Governo Federal, o símbolo dessa união pode ser representado pelo surgimento do programa Brasil Sem Homofobia lançado em 2004, com o objetivo de pensar estratégias de políticas transversais na promoção e promoção da cidadania LGBT.

3.2 Políticas públicas e o movimento LGBT no Brasil

Nos anos 1990 já era possível encontrar “setoriais LGBT” em partidos políticos, como no Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Nessa mesma década houve a proposição de um projeto de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Já nos anos 2000, “começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos” (FACCHINI, 2009, p.141).

Facchini e França (2009, p.71) indicaram que as mudanças que se iniciaram na década de 1990, estão relacionadas com a alteração das formas de operar políticas públicas no Brasil. No final dos anos 90, o Grupo Nuances, um grupo ativista do Rio Grande do Sul, entrou com uma ação civil pública contra o INSS devido a violação de direitos humanos, em razão do indeferimento de pedidos de pensão previdenciária para companheiros do mesmo sexo, e ganhou a causa. Hoje, consta da Instrução Normativa do INSS: “o companheiro ou a companheira homossexual de segurado como integrante do rol de dependentes”, reconhecendo a constituição de uma entidade familiar nesse tipo de vínculo (AGUIÃO, 2018, p.157).

Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi elaborado o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), que citou pela primeira vez o termo “homossexuais” em um documento oficial, como um grupo “em situação mais vulnerável”, público alvo de políticas de direitos humanos (BRASIL, 1996). Iniciava-se assim um período de ampliação do diálogo dos movimentos LGBT com o poder público federal, visando a construção de ações governamentais e políticas públicas destinadas a este grupo social (ARAGUSUKU et al, 2020).

Em 2002, no fim do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi divulgado o PNDH-2, onde foram incluídas ações direcionadas a LGBT, como “direitos de livre orientação sexual”, e “garantia do direito à igualdade de “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB” (AGUIÃO, 2018; MELLO, BRITO e MAROJA, 2012).

A partir de 2003, durante o Governo Lula, ocorreram os principais avanços concretos dentro do campo das políticas LGBT no Brasil, com a implementação de ações governamentais em âmbito federal que impulsionaram a consolidação de políticas públicas também em nível estadual e municipal (MELLO, BRITO; MAROJA, 2012; ARAGUSUKU, AGUILAR LARA, FRACCAROLI e MARTINS, 2020)

De 2004 em diante, o governo federal começou a implementar iniciativas voltadas para a população LGBT, onde destacaram-se: o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) - 2004; a realização da I Conferência Nacional LGBT - 2008; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs (PNPCDH-LGBT) – 2009; a publicação do decreto que cria o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) – 2009; a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT – 2010; e a implantação do Conselho Nacional LGBT – 2010 (ALVES, 2012; MELLO, BRITO e MAROJA, 2012).

Os programas sociais produzidos de 2004 a 2010 se referem ao “melhor conjunto de propostas de políticas públicas para transexuais, travestis, bissexuais, gays e lésbicas em todo

o mundo” (MELLO, MAROJA E BRITO, 2010, p.05), apesar das fragilidades e incertezas em relação a sua implementação efetiva do Programa Brasil Sem Homofobia, considerando sua abrangência. O referido programa tinha como objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004).

A I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada pela Secretaria dos Direitos Humanos, realizada em 05 de junho de 2008, demandou que os estados da federação realizassem conferências estaduais para escolherem e enviarem seus delegados para a etapa nacional. No Rio de Janeiro, especificamente, o destaque da conferência estadual foi a avaliação das estratégias para implantação do Programa Estadual Rio Sem Homofobia (BRASIL, 2008).

O Brasil foi o primeiro país a promover uma atividade dessa natureza. A presença do presidente no evento sinalizou o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos LGBT, e o reconhecimento da legitimidade das demandas LGBT (AGUIÃO, 2018; FACCHINI, 2005). Uma resolução marcante do evento foi a alteração da sigla GLBT para LGBT, com a justificativa de dar mais visibilidade às Lésbicas. Como resultado do encontro, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, em maio de 2009 (AGUIÃO, 2018)

Com a elaboração do PNDH-3 (2009), o termo “homossexuais” deixa de aparecer, dando lugar a expressões como “comunidade LGBT”, “população LGBT”, “segmento LGBT”, ou “direitos LGBT” em planos e programas de governo. O termo “orientação sexual” já era utilizado desde o PNDH I, mas as expressões “identidade de gênero”, “casais homoafetivos” e “diversidade de gênero” só foi incorporada no PNDH III (AGUIÃO, 2018 p.101).

Em maio de 2010 ocorreu a I Marcha Nacional pela Cidadania LGBT e contra a Homofobia, convocada pela ABGLT. A marcha reivindicava a “garantia do Estado laico”, o “combate ao fundamentalismo religioso”, o “cumprimento do Plano Nacional LGBT em sua totalidade”, a “aprovação imediata do PLC 122/2006 (Combate a toda discriminação, incluindo a homofobia)” e decisões favoráveis do Judiciário “sobre união estável entre casais homoafetivos, bem como a mudança de nome de pessoas transexuais”. Durante o trajeto, foi anunciado que o presidente Lula oficializou, por decreto, o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia.

A 2ª marcha aconteceu em 2011, trazendo novamente o manifesto com as reivindicações por igualdade de direitos, reconhecimento e cidadania plena e apontava para a exacerbação da violência homofóbica em todo o país, chamando a atenção para o fato de que muitos dos agressores não pertencem a grupos de extermínio ou estão envolvidos em crimes de ódio, mas são jovens de classe média, o que demonstra como a homofobia está amplamente difundida em toda a sociedade.

Em novembro de 2011, no governo da então presidente Dilma Rousseff, aconteceu em Brasília a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, que contou com o tema “Por um país livre da pobreza e discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (BRASIL, 2011). Durante a II Conferência Nacional LGBT, ocorreram comemorações devido a decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio daquele ano, que reconheceu a figura jurídica de união estável aos casais de mesmo sexo, igualando-os em direitos e deveres a uniões estabelecidas entre casais heterossexuais, tal qual inscrito atualmente na Constituição Federal, e garantindo o seu estatuto como unidade familiar. (AGUIÃO, 2018).

Ao fim de quase quinze anos de governos petistas, Dilma Rousseff sinalizou, para sua base social, o compromisso com a pauta dos direitos humanos e dos direitos sexuais, apesar de

transcorridos quase seis anos de uma dinâmica de avanços e retrocessos no campo dos direitos LGBT.

O processo do impeachment de 2016, caracterizado por diversos grupos como um golpe institucional, foi marcado pelo protagonismo de um tipo de conservadorismo brasileiro que teve seu ápice nos últimos cinco anos, principalmente como uma oposição política à agenda de direitos humanos e direitos sexuais.

A chegada de Michel Temer (PMDB) à Presidência da República, confirmou os temores dos militantes LGBT, já que seu governo representou um recuo na agenda LGBT do Governo Federal, principalmente pelo forte apoio e protagonismo das bancadas conservadoras no processo de impeachment. No campo das políticas de cidadania LGBT, seu governo não trabalhou com mudanças radicais, assim como fez no campo dos direitos sociais e trabalhistas, mantendo algumas ações e políticas de cidadania LGBT promovidas pelos governos petistas.

Ao longo do seu primeiro ano, em 2016, o governo Temer não revogou uma única medida aprovada pelos governos anteriores no campo das políticas sexuais. O recuo dessas políticas ocorreu de forma sutil e gradual, sem a provocação de grandes alardes ou ações governamentais mais bruscas com inviabilização da execução da agenda LGBT a partir do congelamento de recursos (ARAGUSUKU, AGUILAR LARA, FRACCAROLI e MARTIS, 2019).

Concomitantemente, o governo foi fortemente tensionado por sua base parlamentar conservadora, que demandava a retirada da agenda LGBT da pauta do governo e a revogação das ações implementadas pelos governos anteriores.

Em abril de 2017, após uma reunião da Presidência da República com alguns deputados representantes das frentes evangélica, católica, antidrogas e em defesa da vida do Congresso Nacional, o Ministério da Educação (MEC) apresentou a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sem os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”, contrariando

a versão preliminar e atendendo aos pedidos de lideranças conservadores que acusavam o documento de promover a “ideologia de gênero” e a agenda LGBT (ARAGUSUKU, 2018).

Com a proximidade das eleições presidenciais, o governo Temer intensificou, em 2018, a pauta dos direitos humanos para as populações LGBT, entretanto, manteve uma certa continuidade a linha política anterior: as políticas de cidadania LGBT não se constituíam enquanto uma prioridade na agenda governamental e, apesar de existirem programas e ações em andamento, dificilmente ocorreria a consolidação de políticas mais efetivas (ARAGUSUKU, AGUILAR LARA, FRACCAROLI e MARTINS, 2019).

Em maio de 2018 ocorreu o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica, por meio de portaria assinada pelo Ministro dos Direitos Humanos – o jurista Gustavo do Vale Rocha, que substituiu Luislinda Valois, com a saída do PSDB da base do governo. O Pacto, que depende da adesão dos governos estaduais, prevê a articulação de ações entre o Governo Federal e os governos estaduais no combate a LGBTfobia, visando a construção de uma rede integrada nacionalmente (BRASIL, 2018). Posteriormente, em julho, o presidente assinou o decreto de convocatória da 4a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, com previsão de realização no ano seguinte, em 2019, dando sinalizações de compromisso futuro com a temática dos direitos humanos e a agenda LGBT (ARAGUSUKU, AGUILAR LARA, FRACCAROLI e MARTINS, 2019).

Por outro lado, neste último período, também aconteceram graves retrocessos em torno da cidadania LGBT, como a decisão de um juiz da 14a Vara Federal do Distrito Federal em permitir que psicólogos/as tratem pacientes com “orientação sexual egodistônica”, suspendendo a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que proíbe a patologização da homossexualidade, em setembro de 2017; e a aprovação de diversas leis municipais que proíbem a “ideologia de gênero” nas escolas públicas, algumas autônomas, outras vinculados aos projetos municipais do Escola Sem Partido (MIGUEL, 2016).

A vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, associado ao crescimento dos grupos de extrema-direita no Congresso Nacional, com destaque para o Partido Social Liberal (PSL), do qual fazia parte, que conseguiu a segunda maior bancada da Câmara, deram continuidade aos retrocessos e recuos na agenda de direitos e cidadania LGBT implementada no Brasil. Sua campanha eleitoral do atual presidente foi permeada por polêmicas e circulação massiva de notícias falsas, como a denúncia do “kit gay” implementado por Haddad (PT) quando era Ministro da Educação do governo Dilma – afirmação considerada inverídica e punida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – e o combate a “ideologia de gênero” em todas as instâncias do Governo Federal (ARAÚJO, 2019).

Entretanto, o atual governo, a despeito de uma forte retórica anti-LGBT, não aplicou de forma imediata o seu programa eleitoral, mantendo algumas políticas LGBT no âmbito de sua administração, aprovando retrocessos graduais, como a retirada de cartilhas LGBT e de educação sexual de páginas virtuais oficiais. O governo optou pela manutenção de uma Diretoria de Promoção de Direitos LGBT, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, agora chefiado **pela pastora Damares Alves**, alinhada com a bancada evangélica e com a retórica conservadora (ARAGUSUKU, et al, 2020).

O governo atual, como esperado, tem mantido seu posicionamento de confronto as pautas LGBTQIA+, e seguiu ratificando o discurso da “ideologia de gênero”³ enquanto uma posição oficial do Governo Federal, contrariando os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

3.3 Psicologia e diversidades: Um caminho ético

³ A expressão “ideologia de gênero” carrega um sentido **pejorativo** (negativo, ofensivo). Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas.

Depois deste trânsito nos recortes históricos e no âmbito das políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+, nos debruçamos sobre as práticas de profissionais da Psicologia no campo das diversidades de gênero e sexualidade, mais especificamente a partir da experiência dos centros de cidadania LGBT, dispositivos estes que compõem o Programa Rio Sem Homofobia (RSH), juntamente com o disque cidadania LGBT.

O Programa Rio Sem Homofobia (RSH) elaborado em 2007, a partir do Decreto nº 40.822/07, teve suas propostas, estratégias de implantação e ações discutidas e aprovadas na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT, em 2008. De acordo com o decreto, sob a coordenação da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SUPERDir), a Câmara Técnica para elaboração do Programa seria composta por especialistas acadêmicos e organizações da sociedade, parlamentares estaduais e representantes de governo da administração pública estadual (CARRARA et al., 2017; GUILHON, et al., 2019).

O RSH foi inaugurado em 2010, passando a integrar a SUPERDir, e em 2011 foi implementado concomitantemente com a disponibilização do Disque Cidadania LGBT, e do primeiro dos quatro Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT do estado do Rio de Janeiro, com localização no prédio da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 2012, esses dispositivos passaram a ser chamados de Centro de Cidadania LGBT (GUILHON et al., 2019).

Os Centros de Cidadania LGBT, contavam com atendimentos e serviços nas esferas jurídica, social e psicológica para a população LGBT, amigos e familiares em situação de vulnerabilidade de direitos, bem como espaço de disseminação de informação e encontro de políticas públicas no sentido de combate às violências homofóbicas e promoção de cidadania (GUILHON, et al, 2017).

As principais portas de entrada para o serviço eram através do “Fale conosco” no site do Rio sem Homofobia, do Disque 100, de abrangência nacional tendo por objetivo receber as denúncias de violações de Direitos Humanos. Especificamente no estado do Rio de Janeiro, as pessoas, após fazerem contato com o Disque cidadania LGBT (0800-0234567), eram contatadas para agendamento de um primeiro encontro, a partir do qual se dava início ao seu acompanhamento, considerando-se o seu local de moradia e as regiões cobertas por um dos quatro Centros de Cidadania LGBT existentes. Outra maneira de ser acessar os serviços dizia respeito às demandas espontâneas, em que o usuário chegava ao Centro de Cidadania sem aviso prévio, durante o horário de funcionamento (SALLES, 2012).

Os Centros de Cidadania LGBT surgiram como um serviço público pioneiro para a garantia de direitos do público LGBT. A atuação dos profissionais de psicologia nesses Centros ocorre de maneira interdisciplinar, através de um diálogo constante com as áreas de Direito e Serviço Social, de modo a garantir e assegurar o direito e a cidadania do público LGBT.

As práticas das/dos profissionais de Psicologia no campo das diversidades sexuais e de gênero se apresentam a partir das perspectivas de Salles (2012) e Guilhon (2019), como sendo vivas e em constante mudança, a partir das discussões, reflexões, análises e estudos acerca do tema e das práticas diárias. Objetivando tanto a construção de práticas que caminhem no sentido de fortalecer os usuários dos Centros de Cidadania LGBT, quanto a produção de novas significações e novos sentidos que os potencializem e os fortaleçam acerca dos acontecimentos de suas vidas (SALLES, 2012), associados à criação de formas criativas e efetivas de acordo com as demandas e especificidades de cada sujeito, e à produção de linhas de um rizoma das práticas que atravessam a edificação do trabalho (GUILHON, 2019).

Especificamente acerca da atuação de profissionais de psicologia no âmbito da diversidade sexual e de gênero, evidenciam-se as diretrizes éticas regidas pelo Conselho

Federal de Psicologia, a partir da Resolução N° 0001/99 (CFP, 1999), que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, e da Resolução 01/2018 (CFP, 2018), que estabelece diretrizes para atuação de psicólogas e os psicólogos com relação à não patologização de pessoas transexuais e travestis. Essas diretrizes éticas que regem o trânsito e construção das práticas na psicologia no campo das diversidades de gênero e sexualidade apontam para o que Guilhon et al (2019) entendem como uma construção de campos e práticas *psi* atravessados por um trabalho de rede pautado por questões relacionadas aos Direitos Humanos, movimento social e políticas públicas.

Salles (2012), reflete sobre algumas limitações e barreiras encontradas durante o atendimento psicológico a alguns usuários, como por exemplo, pessoas em situação de rua, onde não se pode contar com apoio familiar, viabilidade de moradia e condição financeira. A atuação do psicólogo frente aos efeitos produzidos na vida desses usuários por essas situações, ocorre através da possível ressignificação, onde o usuário encontra sentidos nessa experiência de vida, e se fortalece para que as limitações diminuam.

A metodologia de atendimento utilizada nos Centros de Cidadania LGBT se mantém em constante transformação. No início do projeto, a orientação era para que os profissionais acolhessem e dessem o encaminhamento ao caso de acordo com sua necessidade o quanto antes, hoje, a orientação é para que haja atenção para a demanda apresentada, e quais circunstâncias estão envolvidas. A importância de avaliar quais ações atendem melhor a especificidade de cada usuário, diferenciando quais os casos precisam ser encaminhados com urgência, onde haverá, quando necessário, um acompanhamento do seu desenvolvimento, e quais os casos que necessitam de mais tempo, onde serão marcados quantos encontros forem necessários até que se entenda melhor o quadro para dar o encaminhamento mais adequado, evitando precipitações. É importante salientar que a ação do/a psicólogo/a estará sempre ligada a escuta como um importante instrumento de trabalho (SALLES, 2012).

A prática psicológica dentro do RSH também se fez com a construção de redes, tendo o Centro de Cidadania como um serviço especializado enfático na formação de outras instituições ligadas a questões de gênero e sexualidade (GUILHON et al 2019). O trabalho de articulação das redes de serviços públicos foi de extrema importância para que os Centros de Cidadania LGBT pudessem utilizar serviços da rede pública, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), postos médicos, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), ou escolas, tornando os encaminhamentos mais ágeis e os diálogos interdisciplinares (SALLES, 2012).

Costa (2017) direciona a construção da prática de psicologia em vias de constante autocrítica, onde se é preciso pensar a psicologia de forma a atuar com o compromisso da transformação social. Desprezando assim práticas que podem estar disfarçadas no campo e apresentam normatização ou patologização do sujeito e sua identidade, sem entender as outras especificidades, produzindo uma atuação rígida do/da profissional de psicologia acerca da subjetividade, quando na verdade as transdiversidades são vozes de diferentes demandas com os mesmos problemas em comum: a falta de igualdade de direitos e dignidade em suas relações.

Portanto, é preciso buscar uma atuação que valorize as viagens e afetos (GUILHON, 2017) e que persiga as alternativas e trocas lidando com o desconforto de não fechar as questões e que se oriente pelas transformações necessárias e enxergue novos tons, cores, corpos e formas de existir (COSTA, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo o campo de diversidades sexual e de gênero, através da história e de relatos de profissionais da psicologia, descortina-se a importância da criação de espaços potentes voltados ao acompanhamento de pessoas LGBTQIA+, a partir de uma atuação ética voltada para um atendimento sem julgamentos e estigmatizações, e da construção de intervenções

transdisciplinares. Intervenções pautadas na transformação, da potencialização, do empoderamento e da afirmação de vidas, que cotidianamente são atravessadas pelas mais diversas formas de violências, que causam marcas e ferimentos físicos, subjetivos e existenciais.

Salientamos a importância de uma psicologia que atue a favor da transformação social, que rejeite todas as formas de discriminação e criativamente trace estratégias que acolham e valorizem as mais diversas formas de existência, e potencialize as subjetividades da população LGBTQI+.

Sinalizamos a importância da atuação da psicologia nos campos das políticas públicas e da diversidade sexual e de gênero, no sentido de construir práticas potencializadoras de vida e de subjetividades da população LGBTQI+, considerando a necessidade da ampliação cada vez maior desse debate, no sentido de lançarmos luz aos desafios que atravessam os/as profissionais da psicologia que se aventuram no trânsito de um campo que não se fecha em especialismos e faz-se vivo nos diversos territórios que habita (GUILHON, 2019, p.8) com uma prática pautada na criatividade e na produção de estratégias efetivas e acolhedoras a todas e todos.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Eduerj, 2018.

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, o, v. 37, n. 98, p. 516-524, 2013.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo et al. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 4, 2020.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBT. Brasília: SEDH-Presidência da República, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. "Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais". Brasília: SEDH-Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Governo Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH II**. Brasília: SEDH, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III**. Brasília: Governo Federal, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm . Acesso em: 23/09/2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/> . Último acesso em: 23/09/2020

DE ARAÚJO, Thiago Bloss. Suicídio LGBTQIA+: do sofrimento ético-político às políticas públicas de prevenção, 2009.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA. População LGBT morta no Brasil.# Relatório 2018. 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relatório-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>> Último acesso em: 23/09/2020

GUILHON, Flávio et al. Centro de Cidadania LGBT: Memórias e Experiências no Campo das Práticas Psi em Prol da Defesa dos Direitos Humanos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. SPE3, 2019.

LEITE, Vanessa. Pesquisa e políticas públicas LGBT: História de uma parceria. 2017.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero"-Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163> > Último acesso em: 23/09/2020

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016. Disponível em: < <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307> > Último acesso em: 23/09/2020

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra

homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas.

Physis: revista de saúde coletiva, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018. **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/#:~:text=A%20resolu%C3%A7%C3%A3o%20determina%20que%20C%20em,de%20pessoas%20transexuais%20e%20travestis> > Último acesso em: 23/09/2020

Resolução CFP Nº 1, de 29 de janeiro de 2018. **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Brasília, DF: CFP. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf > Último acesso em: 23/09/2020

SALLES, Carolina Motta Cardoso. Experiência no Centro de Referência e Cidadania LGBT. Dissertação (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS ALVES, Douglas. Participação, políticas públicas e o movimento LGBT brasileiro entre 2003 e 2014. **Revista Debates**, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/74739> > Último acesso em: 23/09/2020

UZIEL, Anna Paula; Guilhon Flávio. Transdiversidades: Práticas e Diálogos em trânsito. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, **Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade**, Rio de Janeiro, 2017.